

Negociações podem ficar mais difíceis

BRASÍLIA — O aumento das taxas de juros preferenciais do mercado americano — *prime-rate* — poderá dificultar ainda mais as negociações do Brasil com os credores e reforçar a tese brasileira de que a dívida externa não pode ser negociada em bases convencionais. Esta é a avaliação do diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, que explicou que, com esta elevação, terá que ser feita uma reavaliação de toda a programação brasileira para pagamento dos juros da dívida externa.

Seixas explicou que 76% da dívida externa brasileira foi contraída a taxas de juros flutuantes, sendo que, deste total, 16% com base na *prime-rate*. Com isto, qualquer alteração nas taxas de juros, tanto da *Libor* (mercado londrino) como da *prime-rate*, encarece profundamente o serviço da dívida brasileira.

Ontem, um dos subgrupos formados durante a viagem do ministro Bresser Pereira a Washington reuniu-se durante toda a tarde no Ministério da Fazenda. Um dos participantes do grupo, o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Silvio Rodrigues, explicou que, além da discussão sobre a elevação da *prime-rate*, foi feito um detalhamento das estimativas para a balança comercial e a balança de pagamentos até 89, como foi solicitado pelos credores. Silvio Rodrigues explicou também que em relação à *Libor*, o Brasil está trabalhando com uma certa folga, já que fez a previsão de pagamentos com base em uma taxa de 8% e ela tem se mantido em 7,5%.

☐ O aumento de 0,5 pontos percentuais na *prime rate* (taxa de juros preferencial do mercado norte-americano) patrocinado ontem pelos principais bancos dos Estados Unidos “representará um custo adicional sobre o serviço da dívida externa brasileira de aproximadamente 1 bilhão 400 milhões de dólares anual”. A informação consta de uma nota distribuída ontem à noite pelo ministério da Fazenda que “vê com grande preocupação a tendência crescente das taxas de juros internacionais (*libor* e *prime rate*) que regem 76% da dívida brasileira registrada”. A nota afirma que essa tendência “agrava o ônus da nossa dívida externa”, além de comprovar o acerto das teses brasileiras para renegociação.